



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS

CONCURSO PÚBLICO ESTADUAL

CARGO

Analista Administrativo - ADMINISTRAÇÃO -

**Provas de Português, Noções de Administração Pública,
Informática e Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES GERAIS

01. Leia com atenção todas as instruções deste **Caderno de Questões**.
02. Este Caderno de Questões só deverá ser aberto quando for autorizado pelo Fiscal de Sala.
03. **Assine** neste Caderno de Questões e coloque o número do seu documento de identificação.
04. Verifique se este Caderno de Questões contém 40 (quarenta) questões com 05 (cinco) alternativas cada, caso contrário comunique imediatamente ao Fiscal.
05. A prova terá a duração de 03 (três) horas. Você só poderá sair do Local de Prova 02 (duas) horas após o seu início. Os 03 (três) últimos candidatos só poderão ausentar-se do recinto juntos, após a assinatura da ata.
06. Ao receber a **Folha de Respostas**, confira seu **nome, tipo de prova** e o **número do seu documento de identificação**.
07. Em hipótese alguma lhe será concedida outra Folha de Respostas.
08. Marque suas respostas na Folha de Respostas utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, preenchendo completamente o círculo correspondente à alternativa escolhida, conforme modelo: ● .
09. Será atribuído o valor ZERO à questão que contenha na Folha de Respostas de Questões Objetivas: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, não preenchida totalmente ou que não tenha sido transcrita do Caderno de Questões para a Folha de Respostas.
10. A correção das provas será efetuada considerando-se apenas o conteúdo da Folha de Respostas.
11. Caso a Comissão julgue uma questão como sendo nula, seus pontos serão atribuídos à todos os candidatos.
12. Não será permitida qualquer espécie de consulta.
13. Ao terminar a prova, devolva ao Fiscal de Sala este Caderno de Questões, juntamente com a Folha de Respostas e assine a **Lista de Presença**.

Boa Prova!

Nº do documento de identificação:

Assinatura do candidato:

TIPO DE PROVA

01

UNEAL/2009



Arapiraca/AL, 11 de janeiro de 2009.



PORTUGUÊS

Texto para as questões 01 e 02

01 Em meio a trevas profundas, abre-se de repente a porta de ferro da prisão e o próprio velho, o grande inquisidor, entra lentamente com um castiçal na mão. Está só; a porta se fecha imediatamente após sua entrada. Ele se detém por muito tempo à entrada, um ou dois minutos, examina o rosto do prisioneiro. Por fim se aproxima devagar, põe o castiçal numa mesa e lhe diz: “és tu? Tu?” Mas, sem receber resposta, acrescenta rapidamente: “Não respondas, cala-te”. (trecho de *Os irmãos Karamazov*, de Dostoiévski)

01. Reescrevendo o primeiro período do texto, somente não ocorreu mudança de sentido nem de estrutura lingüística em:

- A) Em meio as trevas profundas, a porta de ferro da prisão, se abre de repente e o velho, o grande inquisidor, entra lentamente com um castiçal na mão.
- B) Em meio à treva profunda, abre-se de repente a porta de ferro da prisão. O próprio velho inquisidor, entra lentamente com um castiçal na mão.
- C) De repente, é aberta a porta de ferro da prisão em meio à escuridão profunda. O próprio velho, considerado o grande inquisidor, entra lentamente com um castiçal na mão.
- D) De repente, abrem a porta de ferro da prisão em meio à trevas profundas. O próprio velho inquisidor entra lentamente com um castiçal na mão.
- E) Nas trevas profundas, a porta de ferro da clausura se abre de repente, o próprio velho – que considera-se o grande inquisidor – entra lentamente com um castiçal na mão.

02. Se a indagação do inquisidor “és tu? Tu?” (l. 07) fosse: “É você? Você?”, a seqüência de sua fala na linha 08 seria:

- A) Não responda, cale-te.
- B) Não respondes, cale-se
- C) Não responda, cale-se.
- D) Não respondes, cala-se.
- E) Não responde, cala-se.

Texto para as questões 03 e 04

01 Outrossim, afeiçoei-me à contemplação da injustiça humana, inclinei-me a atenuá-la, a exemplificá-la, a classificá-la por partes, a entendê-la, não segundo um padrão rígido, mas ao sabor das circunstâncias e lugares. Minha mãe doutrinava-me a seu modo, fazia-me decorar alguns preceitos e orações, e a boa regra perdia o espírito, que a faz viver, para se tornar uma vã fórmula. De manhã, antes do mingau, e de noite, antes da cama, pedia a Deus que me perdoasse, assim como eu perdoava aos meus devedores; mas entre a manhã e a noite fazia uma grande maldade, e meu pai, passado o alvoroço, dava-me pancadinhas na cara. (trecho de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis)

03. A classificação sintática do pronome oblíquo em “que a faz viver” (l. 06) somente não é a mesma na oração

- A) classificá-la por partes (l. 02-03)
- B) Fazia-me decorar (l. 05)
- C) entendê-la (l. 03)
- D) que me perdoasse (l. 08)
- E) atenuá-la (l. 02)

04. A frase “assim como eu perdoava aos meus devedores” assumiu outra forma gramaticalmente correta em

- A) Assim como eu perdoava-os.
- B) Assim como eu perdoava-lhes.
- C) Assim como eu lhe perdoava.
- D) Assim como eu os perdoava.
- E) Assim como eu perdoava os meus devedores.

Texto para as questões de 05 a 07

01 Na arca cabe tudo, exceto crianças e (bebe-se muito, e é bom não confundir) alcoólatras. As pessoas vêm para euforias e ânsias – ou inesperadas – vêm para se meter e conferir, para dar vazão, ter comunhão. Todos são íntimos, ou já tiveram algum encontro, um *affair*, um nariz consertado pelo outro, pequenas intimidades visíveis ou grandes intimidades zelosamente divulgadas. Os que chegam primeiro são mais calmos, mas, à medida que a reunião se amplia, os que chegam já chegam mais quentes. Há gritinhos, beijinhos, beijos mais afoitos, apertões meramente formais, ocasionais, ou mais entregues – somos todos mui amigos. Cheiramo-nos, esfregamo-nos, lambemo-nos. 13 Bebidas correm, alguns se servem sós, a estrela maior e dona da casa ajuda, sugere, insinua, oferece, conversa-se sobre tudo e qualquer coisa, os assuntos sempre ficam no ar, interrompidos por gente que chega ou se agrega. 17 (MILLÔR, *Veja*, 17 de set., 2008, p. 47)

05. São particularidades lingüísticas vistas no texto, exceto em

- A) A frase “que chega” (l. 16) tem valor de adjetivo.
- B) A retirada do acento gráfico na forma verbal “vêm” (l. 02) provoca violação à concordância.
- C) Os verbos da linha 12 estão no modo imperativo.
- D) Certo ritmo coloquial.
- E) Há dois registros de estrangeirismos no texto.

06. O padrão lingüístico e a estrutura conferem ao texto

- A) uma sutil tonalidade emotivo-poética.
- B) a natureza fática do texto jornalístico.
- C) uma espécie de irreverência tardia, marcada pelo estilo prosaico.
- D) um ritmo épico, reeditado apenas porque se trata de texto em edição semanal.
- E) um teor prosaico, referendado pelo diletantismo da crônica.

07. Nas estruturas verbais seguintes, somente não é possível determinar o sujeito em

- A) “chegam” (l. 07)
- B) “se agrega” (l. 16)
- C) “tiveram” (l. 05)
- D) “Vêm” (l. 03)
- E) “Bebe-se” (l. 01)

Texto para as questões de 08 a 10

01 Muito já falei do drama dos desencontros humanos, um deles sendo aquela hora em que a gente pronuncia a

03 palavra que vai custar um tumulto, ou um pequeno arranhão, nos sentimentos de quem a gente não queria ferir. Anos

05 depois, esse alguém nos interpela: “Lembra aquela vez em que você me disse isso? Pois até hoje me dói”. A gente

07 reage: “Mas como? Quando? Eu nem uso essa palavra, e jamais te diria uma coisa dessas!”. Tem também a hora em

09 que devíamos nos abrir e falar, o outro precisando de colo, mas, tímidos ou desatentos, engolimos o que poderia ter

11 feito um bem, evitado um dano – mas houve apenas silêncio. Nas duas ocasiões não foi por maldade. Foi porque

13 a gente não sabia. Faz parte das dificuldades de se relacionar, seja entre amantes, pais e filhos, amigos, colegas, chefes e funcionários. (LUFT, Lya. *Veja*, set., 2008, p. 24)

08. Sobre o texto, há uma informação incorreta na opção

- A) Sendo um texto de natureza cronística, há em sua construção estruturas lingüísticas provenientes da modalidade coloquial.
- B) A autora utiliza o discurso direto para reproduzir o sentimento de insatisfação de alguém que ouvira uma palavra de teor inadequado.
- C) Aspectos de um formato lingüístico denotativo constituem a estrutura das expressões: “ou um pequeno arranhão” (l. 03), “devíamos nos abrir” (l. 09), “engolimos o que poderia” (l. 10).
- D) A expressão “drama dos desencontros humanos” (l. 01) constitui a síntese da problemática analisada pela autora.
- E) O vocábulo “tumulto” (l. 03) e a expressão “pequeno arranhão” (l. 03) revelam que o efeito de uma palavra – se dita de forma inadequada – oscila entre as várias possibilidades de significado.

09. Ao lado de cada fragmento há outra opção de reescrita em destaque. Em qual das opções ocorreu uma subversão gramatical da norma padrão culta?

- A) “Foi porque a gente não sabia” (l. 12-13) – **Foi porque não sabíamos.**
- B) “Anos depois, esse alguém nos interpela” (l. 04-05) – **Anos depois, nos interpela esse alguém.**
- C) “a gente pronuncia a palavra que vai custar um tumulto” (l. 02-03) – **a gente pronuncia a palavra a qual custará um tumulto.**
- D) “Lembra aquela vez em que você me disse isso?” (l. 05-06) – **Lembra-se daquela vez em que você me disse isso?**
- E) “engolimos o que poderia ter feito um bem” (l. 10-11) – **engolimos aquilo que poderia ter feito um bem.**

10. Consideram-se registros da modalidade culta da língua, exceto na opção

- A) “mas houve apenas silêncio” (l. 11-12)
- B) “Anos depois, esse alguém nos interpela.” (l. 04-05)
- C) “Faz parte das dificuldades de se relacionar.” (l. 13-14)
- D) “Tem também a hora em que” (l. 08-09)
- E) “Muito já falei dos dramas dos desencontros humanos.” (l. 01)

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

11. Tipo de licitação é o critério de julgamento utilizado pela Administração para seleção da proposta mais vantajosa. Os tipos de licitação mais utilizados para o julgamento das propostas são os seguintes:

- I. Menor preço.
- II. Melhor técnica.
- III. Técnica e preço.

Verifica-se que estão corretas

- A) apenas III.
- B) apenas I e II.
- C) I, II e III.
- D) apenas I.
- E) apenas II.

12. O sistema de controle administrativo é responsável por promover a realização do bem público, para permitir a obtenção do resultado máximo, com o mínimo de recursos, sem desvios e desperdícios. Pode-se afirmar que tem as seguintes finalidades, exceto

- A) garantir o cumprimento das normas técnicas, administrativas e legais.
- B) identificar erros, fraudes e seus agentes.
- C) preservar a integridade patrimonial.
- D) assegurar eficácia, eficiência e economicidade na administração e aplicação dos recursos públicos.
- E) propiciar critérios para a tomada de decisões.

13. A natureza da administração pública é cumprir o interesse do povo. Nesse sentido, a administração pública deve

- A) olhar de forma secundária os interesses da coletividade.
- B) ser intuitiva.
- C) preconizar permanência.
- D) dispor em primeiro lugar os interesses individuais.
- E) cumprir sua funcionalidade.

14. A lei de diretrizes orçamentárias atende o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e dispõe também sobre:

- I. Origem dos recursos.
- II. Equilíbrio entre receitas e despesa.
- III. Critérios e forma de limitação de empenho.
- IV. Normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- V. Demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

Verifica-se que estão corretas

- A) II e IV, apenas.
- B) I, II e V, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) I, II, III, IV e V.
- E) II, III, IV e V, apenas.

15. Num contexto de desestatização e tentativas de reformas gerenciais, redefine-se o papel do Estado, qualificando-o mais como regulador do que como indutor do processo de desenvolvimento do país. Com relação à idéia de controle interno, é incorreto afirmar:



- A) A reforma regulatória no Brasil tem caráter muito abrangente e permanece inacabada. Em vários setores, ainda não foi concluída a fase de transição do modelo anterior de auto-regulação concentrada em ministérios e departamentos governamentais para um modelo centrado em agências independentes.
- B) No Brasil não há importância de flexibilização da ação pública, propondo um conjunto de medidas uniformizadoras inspiradas na Nova Gestão Pública (New Public Management), que visam dar ao administrador público mais autonomia gerencial, numa tentativa de tornar a administração pública mais parecida com a administração de empresas: o chamado movimento de “agencificação”.
- C) Um dos principais pontos de estrangulamento do modelo regulatório brasileiro está relacionado com a ausência de uma política regulatória. Esse problema pode ser visto como consequência do processo de criação das agências (caracterizado pela incoerência e falta de consenso político) e do mimetismo das estratégias formais (ou seja, relativas apenas à discussão da forma organizacional “agência independente”) adotadas a nível internacional, sem que tenha havido uma discussão sobre as premissas, a relevância e as funções do modelo.
- D) Uma das principais premissas do modelo regulatório instituído no Brasil é a equidistância do órgão regulador em relação aos pólos de interesse de regulação: o poder concedente (governo), concessionárias e usuários de serviços públicos.
- E) A criação das agências reguladoras está estreitamente relacionada com um duplo movimento: o processo de enxugamento do papel do Estado na economia – ou a reforma de desestatização – e o conjunto de instrumentos de reforma administrativa que visavam à flexibilização da gestão pública, ou a Nova Gestão Pública.

INFORMÁTICA

Responda a questão 16, baseando-se na ilustração abaixo.



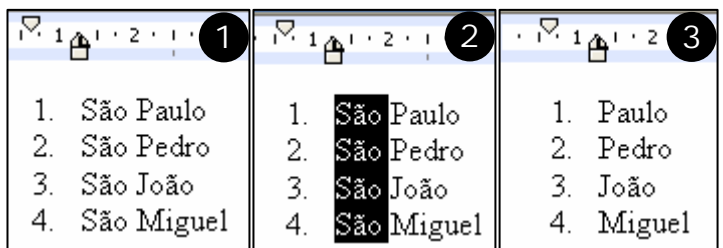
16. Dadas as proposições,

- I. Ao clicar no botão , o navegador carregará a página anteriormente visitada.
- II. O texto `http://` presente no início do endereço da página *web* indica que esta é uma página segura e que transfere dados criptografados.
- III. Ao clicar no botão , é possível adicionar a página *web* atualmente visualizada como Favorito(a).

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) somente I e III.
- B) I, II e III.
- C) somente a I.
- D) somente I e II.
- E) somente II e III.

17. Na seqüência das 3 figuras a seguir foi utilizado um dos recursos do Word de Apagar Texto. Neste caso, a palavra “São” foi apagada das 4 linhas de uma única vez. Esse modelo de seleção de bloco de texto, como mostra a figura 2, é conseguido com o uso do mouse e a tecla



- A) Ctrl.
- B) Scroll Lock.
- C) F2.
- D) Alt da esquerda.
- E) Enter.

A figura a seguir serve como base para responder a questão 18.

Alunos	Nota 1	Nota 2	Nota 3	Nota 4	Média	Resultado
Aline Silva Santos	10,0	8,5	9,5	9,0	9,3	APROVADO
Amanda Cristina de Lima	7,0	6,0	8,0	7,0	7,0	APROVADO
Ariana Tenório Alves	8,0	7,0	7,5	7,0	7,4	APROVADO
Bruno Martins Rego	9,0	9,5	8,0	7,0	8,4	APROVADO
Cristiano Lins de Sá	6,5	8,5	6,5	6,0	6,9	PROVA FINAL
Eduarda Vieira Santos	8,5	6,5	6,5	5,0	6,6	PROVA FINAL
Jaqueline A. da Costa	6,5	3,0	5,0	5,0	4,9	REPROVADO
Lívio Custódio Monteiro	9,0	8,5	5,0	7,5	7,5	APROVADO
Lucas Nascimento Lima	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	APROVADO
Mário Veloso da Silva	6,0	8,0	8,0	8,5	7,6	APROVADO
Nadja Maria Souza	8,0	6,0	6,0	6,0	6,5	PROVA FINAL

18. Usando a função SE na coluna Resultado, as fórmulas devem retornar os valores de acordo com as instruções:

APROVADO: se o aluno tiver média maior ou igual a 7,0.

PROVA FINAL: se o aluno tiver nota maior ou igual a 5,0 e menor que 7,0.

REPROVADO: se tiver média inferior a 5,0.

Tomando como base a célula G8, a fórmula a ser inserida será

- A) =SE(F8<5;"REPORVADO";SE(F8>7;"APROVADO";"PROVA FINAL"))
- B) =SE(F8<=5;"REPORVADO";SE(F8>=7;"APROVADO";"PROVA FINAL"))
- C) =SE(F8<5;"REPORVADO";SE(F8<=7;"PROVA FINAL";"APROVADO"))
- D) =SE(F8<=5;"REPORVADO";SE(F8<7;"PROVA FINAL";"APROVADO"))
- E) =SE(F8<5;"REPORVADO";SE(F8<7;"PROVA FINAL";"APROVADO"))

19. Em relação à tecla ENTER muito utilizada na criação de texto no Microsoft Word, seguem as afirmativas:

- I. No Microsoft Word, parágrafo é o texto que fica entre o primeiro e o segundo cliques na tecla ENTER.
- II. Cada vez que o usuário pressionar a tecla ENTER, uma nova linha é criada.
- III. Cada vez que o usuário pressionar a tecla ENTER, será criado um novo parágrafo.
- IV. Para passar de uma linha seguinte sem criar um novo parágrafo, o usuário precisará apenas usar a combinação de teclas SHIFT + ENTER.

Verifica-se que estão corretas

- A) I, II e III, apenas.
- B) III e IV, apenas.
- C) I, II, III e IV.
- D) I e II, apenas.
- E) II e III, apenas.

20. Trojan Horse, ou Cavalo de Tróia, é

- A) um programa que aparenta ser útil, mas pode abrir portas no computador para uma invasão.
- B) um tipo de programa que pode aquecer o processador do computador até danificá-lo totalmente.
- C) um *spyware* que cria cópias de si mesmo e se reenvia para outros computadores por meio de *e-mail*.
- D) um vírus do tipo *worm* que cria pastas indesejadas.
- E) um *spam* com conteúdo adulto.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Os requisitos ou pressupostos de validade do ato administrativo constituem a base de todo e qualquer ato administrativo. Em relação aos requisitos a esses requisitos, é incorreto afirmar:

- A) Entende-se por competência administrativa o poder atribuído por lei, e por ela delimitada, ao agente da Administração para o desempenho específico de suas funções.
- B) A finalidade do ato administrativo é aquela que a lei indica explícita ou implicitamente, não cabendo ao administrador escolher outra.
- C) A inexistência de forma torna o ato administrativo inexistente, enquanto que a escolha de forma diversa da legalmente exigida torna o ato administrativo inválido.
- D) O motivo trata-se do conteúdo do ato, através do qual a Administração manifesta seu poder e sua vontade, ou simplesmente atesta situações preexistentes.
- E) O motivo é a situação de direito ou de fato que determina ou autoriza a realização do ato administrativo. O motivo ou causa, quando expresso em lei, constitui-se em elemento vinculado.

22. Dados os itens seguintes como princípios orçamentários,

- I. UNIDADE – segundo esse princípio, o orçamento deve ser uno, isto é, deve existir apenas um orçamento e não mais que um para cada exercício financeiro. Visa-se com esse princípio eliminar a existência de orçamentos paralelos.
- II. ANUALIDADE – de conformidade com o princípio da anualidade, também denominado princípio da periodicidade, as previsões de receita e despesa devem referir-se sempre a um período limitado de tempo. Ao período de vigência do orçamento denomina-se exercício financeiro.
- III. UNIVERSALIDADE – por esse princípio o orçamento deve conter todas as receitas e todas as despesas referentes aos Poderes da União, seus fundos, órgãos da administração direta e entidades da administração indireta.
- IV. EQUILÍBRIO – veda as autorizações globais. As despesas devem ser classificadas com um nível de desagregação tal que facilite a análise por parte dos agentes interessados: Poder Legislativo, tribunais de contas etc. A discriminação da despesa na lei-de-meios será realizada, no mínimo, por elementos (pessoal, material, serviços, obras etc.).
- V. ESPECIFICAÇÃO – pelo princípio do equilíbrio se entende que, em cada exercício financeiro, o montante da despesa não deve ultrapassar a receita prevista para o período. Uma razão fundamental para defender esse princípio é a convicção de que ele constitui o único meio de limitar o crescimento dos gastos governamentais.

verifica-se que estão corretos

- A) I e II, apenas.
- B) I, II e III.
- C) I, IV e V.
- D) II e IV, apenas.
- E) I e III, apenas.

23. Dadas as proposições sobre improbidade administrativa,

- I. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos somente se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- II. Frustrar a licitude de concurso público constitui ato de improbidade administrativa contra os princípios da administração pública.
- III. O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite de 40% do valor da herança.
- IV. Não constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário a percepção de vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.
- V. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário doar à pessoa física ou jurídica, bem como ao ente despersonalizado, ainda que de fins educativos ou assistências, bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de qualquer das entidades mencionadas na legislação lei, sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie.

verifica-se que estão corretas

- A) I e V, apenas.
- B) I, II e IV.
- C) II, III e IV.
- D) II e IV, apenas.
- E) I e III, apenas.

24. Constituem motivo para rescisão do contrato na Administração Pública:

- I. A não-liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto.
- II. O atraso superior a 50 (cinquenta) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados.
- III. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- IV. A paralisação da obra, serviço ou fornecimento, em razão de justa causa e independente de comunicação à Administração.
- V. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado.

Verifica-se que estão incorretas

- A) I e II, apenas.
- B) II, III e IV.
- C) II e IV, apenas.
- D) I, III e IV.
- E) I e III, apenas.

25. Dadas as construções a seguir sobre Licitação,

- I. A Licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
- II. Poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica, mas nunca como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.
- III. Algumas modalidades de compra são feitas sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.
- IV. Será dada publicidade, mensalmente, em órgão de divulgação oficial ou em quadro de avisos de amplo acesso público, a relação de todas as compras feitas pela Administração direta ou indireta, de maneira a clarificar a identificação do bem comprado, seu preço unitário, a quantidade adquirida, o nome do vendedor e o valor total da operação, podendo ser aglutinadas por itens as compras feitas com dispensa e inexigibilidade de licitação.
- V. As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado.

verifica-se que estão corretas

- A) II, IV e V.
- B) III e IV.
- C) I, IV e V.
- D) I, II e V.
- E) II e IV, apenas.

26. O administrador público deverá zelar pelo bom funcionamento da gestão pública. Assim, é necessário que em sua atuação exerça condutas abaixo enunciadas:

- I. Confrontar desempenhos (comparar sua atuação com a atuação que o órgão deseja ter).
- II. Avaliar resultados (verificar se seu trabalho está de acordo com aquilo que o órgão planejou).
- III. Aperfeiçoar sua atuação (melhorar a cada dia sua atuação como servidor público).

Verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) II, apenas.
- E) I, II e III.

27. Em um de seus mais importantes livros, *A Condição Humana*, Hanna Arendt discute a diferença entre as esferas públicas e privadas a partir da criação da cidade-estado. Destaca-se em seu texto que o termo público refere-se ao fenômeno de visibilidade e transparência das ações ali praticadas. As instituições de controle das ações praticadas pelos órgãos públicos no Brasil têm, nos últimos anos, aumentado os mecanismos de transparência dos atos públicos com o intuito de

- A) restringir o acesso do cidadão às informações públicas.
- B) garantir, de forma absoluta, a transparência e publicidade dos atos da Administração Pública.
- C) contribuir para o efetivo controle social da gestão pública.
- D) construir um Estado verdadeiramente competente.
- E) evitar atos por parte dos governantes e dos administradores públicos.

28. Dadas as proposições em relação às modalidades de Serviço Público,

- I. Serviços públicos são os que a Administração presta diretamente à comunidade, por reconhecer sua essencialidade e necessidade para a sobrevivência do grupo social e do próprio Estado. Por isso mesmo, tais serviços são considerados privativos do Poder Público, no sentido de que somente a Administração deve prestá-los, sem delegação a terceiros.
- II. Serviços de utilidade pública são os que a Administração, reconhecendo sua conveniência (não essencialidade, nem necessidade) para os membros da coletividade, presta-os diretamente ou aquiesce em que sejam prestados por terceiros (concessionários, permissionários ou autorizatários), nas condições regulamentadas e sob seu controle, mas por conta e risco dos prestadores, mediante remuneração dos usuários
- III. Serviços Gerais ou “uti universi” são aqueles que se relacionam intimamente com as atribuições do Poder Público (Ex.: segurança, polícia, higiene e saúde públicas etc.) e para a execução dos quais a Administração usa da sua supremacia sobre os administrados. Não podem ser delegados a particulares. Tais serviços, por sua essencialidade, geralmente são gratuitos ou de baixa remuneração.
- IV. Serviços próprios do Estado são aqueles que a Administração presta sem ter usuários determinados, para atender à coletividade no seu todo. Ex.: polícia, iluminação pública, calçamento. Daí por que, normalmente, os serviços *uti universi* devem ser mantidos por imposto (tributo geral), e não por taxa ou tarifa, que é remuneração mensurável e proporcional ao uso individual do serviço.
- V. Serviços Administrativos são os que a administração executa para atender as suas necessidades internas.

verifica-se que estão corretas

- A) I e II, apenas.
- B) I, III e IV.
- C) II e IV, apenas.
- D) I, II e V.
- E) I e III, apenas

29. O novo modelo gerencial implica em gerir a administração pública de forma semelhante ao setor privado, de forma eficiente, com a utilização de ferramentas que consigam maximizar a riqueza do acionista, ou a satisfação do usuário (considerando-se a realidade do serviço público). Em relação ao novo modelo da gestão pública no Brasil, é incorreto afirmar:

- A) A preocupação primeira do modelo gerencial foi o incremento da eficiência, tendo em vista as disfunções do modelo burocrático. Nessa fase, o usuário do serviço público foi visto tão somente como o financiador do sistema.
- B) Uma segunda preocupação foi o incremento na busca pela qualidade, decorrente da mudança do modo de ver o usuário do serviço, de mero contribuinte para cliente consumidor de serviços públicos. Nesse momento, há uma alteração no foco da organização: a burocracia, que normalmente é auto-referenciada, ou seja, voltada para si mesma, passa a observar com maior cuidado a razão de sua existência: a satisfação de seu consumidor.
- C) Na caracterização do modelo, cidadãos possuem, além de direitos, obrigações perante à sociedade, tais como a fiscalização, vindo a cobrar, inclusive, que os maus gestores sejam responsabilizados (accountability) por atos praticados com inobservância da Legislação ou do interesse público.
- D) Esse modelo é caracterizado por meio da transição programada de um tipo de administração pública burocrática, rígida e ineficiente, voltada para si própria e para o controle interno, para uma administração pública gerencial, flexível e eficiente, voltada para o atendimento do cidadão.
- E) Nesta nova perspectiva de gestão, busca-se o fortalecimento das funções de estatização e de coordenação do Estado, particularmente no nível federal, e a progressiva centralização vertical, para os níveis estadual e municipal, das funções executivas no campo da prestação de serviços sociais e de infra-estrutura.

30. Dentre os princípios de funcionamento da administração pública há um que vem junto com a conduta de probidade administrativa: ele obriga os administradores públicos a exercerem suas atividades com eficácia e, ao assim fazê-lo, agir com honestidade. Esse princípio é o de

- A) Legalidade.
- B) Moralidade.
- C) Impessoalidade.
- D) Publicidade.
- E) Eficiência.

31. Com o intuito de agilizar a atuação do serviço público, muitas vezes é feito o deslocamento da tomada de decisão para outros níveis da pirâmide organizacional; normalmente níveis abaixo do que está sendo deslocado. Tal definição refere-se ao processo de

- A) fiscalização.
- B) centralização
- C) descentralização.
- D) especialização.
- E) distribuição.

- 32.** O patrimônio do Estado, como matéria administrável, isto é, como objeto da gestão patrimonial desempenhada pelos órgãos da administração, é o conjunto de bens, valores, créditos e obrigações de conteúdo econômico e avaliável em moeda que a Fazenda Pública possui e utiliza na consecução de seus objetivos. Nessa direção, é incorreto afirmar:
- A)** As disponibilidades de caixa dos regimes de previdência poderão ser aplicadas em títulos da dívida pública estadual e municipal, bem como em papéis de empresas controladas pelo respectivo ente. Elas também não poderão ser utilizadas para a concessão de empréstimos aos segurados e ao Poder Público, inclusive empresas controladas.
 - B)** Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), mais conhecida como LRF, os entes políticos perceberam a necessidade de se ter um maior controle sobre o patrimônio público.
 - C)** Para fins de esclarecimentos, a contra-substância patrimonial da Fazenda Pública é formada pelos grupos Passivo Financeiro e Passivo Permanente, que juntos representam as origens de recursos (PASSIVO REAL).
 - D)** A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) estabelece que o resultado da venda de bens móveis e imóveis e de direitos que integram o patrimônio público não poderá mais ser aplicado em despesas correntes, exceto se a lei autorizativa destiná-la aos financiamentos dos regimes de previdência social, geral e própria dos servidores.
 - E)** Os recursos decorrentes da desincorporação de ativos por venda, que é receita de capital, deverão ser aplicados em despesa de capital, provocando a desincorporação de dívidas (passivo), por meio da despesa de amortização da dívida ou o incremento de outro ativo, com a realização de despesas de investimento, de forma a manter preservado o valor do patrimônio público.
- 33.** Para garantir a observância dos princípios que regem a administração pública (legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência), são definidos crimes específicos para os servidores que não observam as condutas definidas para a ocupação de seus cargos. Um desses crimes refere-se à “retardar (demorar) ou deixar de fazer (não realizar) indevidamente um ato funcional; ou praticar ato contra a lei para tirar vantagem pessoal para si ou para outra pessoa”. Esse crime é chamado de
- A)** prevaricação.
 - B)** corrupção passiva.
 - C)** peculato.
 - D)** advocacia administrativa.
 - E)** condescendência criminosa.
- 34.** Além do servidor, o cidadão (não servidor público) também pode vir a cometer crimes contra a administração pública quando “desrespeita, humilha, desprestigia, ofende servidor público no exercício da função”. Esse crime é chamado de
- A)** corrupção ativa.
 - B)** desobediência.
 - C)** resistência.
 - D)** desacato.
 - E)** usurpação da função pública.
- 35.** Desde meados da década de 90, do século XX, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, Estados-Membros e Municípios. Nessa perspectiva, é errado afirmar:
- A)** O esgotamento da capacidade de lidar com problemas complexos e extensos levou o governo central a transferir esses problemas para estatais, sobretudo para os últimos, que adota o welfarismo municipal.
 - B)** A mudança do papel repercutiu no aparelho do Estado no âmbito federal, estadual e municipal, trazendo demandas gerenciais mais complexas. Isso significa uma administração mais profissionalizada, exigindo gestores com sólida formação teórico-conceitual nas áreas sociais, políticas, econômicas e administrativas.
 - C)** No nível estadual, além de uma forte formação conceitual, demanda-se um gestor que possa trabalhar a estrutura organizacional do estado-membro e conceber formatos de redes de cooperação intermunicipais.
 - D)** O conceito de governança está associado à capacidade do Estado em formular e implementar políticas públicas efetivas. Ênfase em resultados, orientação para o cidadão e competição administrada são princípios da reinvenção do Estado.
 - E)** Na administração pública gerencial a estratégia volta-se (1) para a definição precisa dos objetivos que o administrador público deverá atingir em sua unidade, (2) para a garantia de autonomia do administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros que lhe forem colocados à disposição, para que possa atingir os objetivos contratados, e (3) para o controle ou cobrança a posteriori dos resultados.
- 36.** A gestão de projetos tem-se constituído numa alternativa para a condução das organizações no mundo contemporâneo. Assinale, dentre as opções abaixo relacionadas, a que não se refere a atributos que diferenciam uma abordagem de projeto da abordagem de operações.
- A)** É um esforço temporário e único.
 - B)** O controle da produtividade é estabelecido em torno de metas de produção.
 - C)** A equipe que planeja e executa o projeto enfrenta escopos que podem ser desconhecidos.
 - D)** Utiliza equipe de base multidisciplinar.
 - E)** Avaliação definida pelo alcance de um resultado único e específico.
- 37.** Decisões importantes tornam-se difíceis de serem tomadas por causa do conflito que os administradores enfrentam. O conflito existe quando os administradores precisam considerar pressões contrárias de diferentes fontes. Pode-se afirmar que o conflito na organização
- A)** sempre apresenta conseqüências disfuncionais.
 - B)** desestimula o interesse e curiosidade pelo desafio da oposição.
 - C)** previne a estagnação decorrente do equilíbrio constante de concordância.
 - D)** encobre os verdadeiros problemas.
 - E)** impede mudanças nas organizações.

- 38.** O processo de Planejamento é válido para todo e qualquer tipo de organização, seja ela pública, privada ou não-governamental (ONG). É válido também para Governos Municipais e Estaduais e suas Secretarias, para o Governo Federal e seus Ministérios. Nessa perspectiva, é correto afirmar:
- A)** O planejamento estratégico procura definir o comportamento a curto prazo da organização pública em relação ao meio ambiente.
 - B)** Na visão globalística ou globalizada ou sistêmica, o planejamento estratégico é formulado a partir da percepção de que as variáveis do mundo – como um todo – não afetam o processo de formulação na Administração Pública, ou seja, o ambiente de negócios. Não é necessário nas organizações públicas observar com olhar mais objetivo os aspectos vinculados ao contexto mundial – global, uma administração mais profissionalizada, exigindo gestores com sólida formação teórico-conceitual nas áreas sociais, políticas, econômicas e administrativas.
 - C)** Por Planejamento Estratégico na Administração Pública podemos entender o processo que consiste na análise sistemática dos pontos fortes (competências da organização) e fracos (incompetências, melhor dizendo, possibilidades de melhoria da organização), e das oportunidades e ameaças do ambiente com o intuito de estabelecer estratégias e ações estratégicas que possibilitam um aumento da competitividade da organização.
 - D)** Como a administração pública não precisa competir com empresas no mercado, podemos entender que o processo de Planejamento Estratégico não precisará descobrir as fraquezas dos concorrentes e centrar forças no aproveitamento da situação.
 - E)** Considerando a existência dos cargos de confiança na Administração Pública, o planejamento estratégico não tem como objetivo ampliar o horizonte de análise dos dirigentes, orientando-os na prospecção do ambiente em que a organização irá operar, bem como suscita novas idéias sobre oportunidades a serem exploradas.
- 39.** De acordo com perspectivas mais recentes relativas à administração pública, surgem importantes relações entre o aparato governamental, as organizações sociais e as empresas. Os seguintes princípios e valores são definidos como relevantes nesse ambiente institucional:
- I. Profissionalização da alta burocracia.
 - II. Centralização.
 - III. Desconcentração.
 - IV. Controle passo a passo das normas e procedimentos.
 - V. Orientação para o servidor público.
- Verifica-se que estão incorretos os seguintes princípios e valores:
- A)** I, II e V.
 - B)** III, IV e V.
 - C)** I, III e IV.
 - D)** II, IV e V.
 - E)** II, III e IV.
- 40.** Considere a seguinte definição: “Administração Pública é o conjunto de órgãos criados pelo governo e geridos por administradores para atender às necessidades do povo”. Seguindo essa linha de raciocínio, é possível afirmar que
- A)** o serviço público é constituído por um conglomerado de órgãos atuando em conjunto com pessoas físicas.
 - B)** a administração pública realiza serviços visando satisfazer às necessidades da coletividade (povo).
 - C)** a gestão dos bens e serviços públicos deve ser feita com o intuito de manter a sobrevivência do governo.
 - D)** o administrador público, sempre que necessário, pode ultrapassar os limites definidos por lei.
 - E)** o administrador público tem como responsabilidade gerir os interesses dos ocupantes de cargos públicos, eleitos pelo povo.

Realização:



UFAL
mais **viva**



inclusão
expansão
inovação